



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM UFPR

MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA

A SAÚDE DO TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PROJETO DE
INTERVENÇÃO NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA ESCOLA ESTADUAL
ELYSIO VIANA.

CURITIBA

2018

MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA

A SAÚDE DO TRABALHADOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PROJETO DE
INTERVENÇÃO NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA ESCOLA ESTADUAL
ELYSIO VIANA.

Projeto de Intervenção apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Saúde para professores do ensino fundamental e médio, Universidade Federal do Paraná, CIPEAD - Núcleo de Educação a Distância.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a Leila Maria Mansano Sarquis

Co-orientadora: Prof Dra Marineli Joaquim Meyer

CURITIBA

2018

EPIGRAFE

A minha questão não é acabar com a escola, é mudá-la completamente, é radicalmente fazer que nasça dela um novo ser tão atual quanto à tecnologia. Eu continuo lutando no sentido de pôr a escola à altura do seu tempo. E pôr a escola à altura do seu tempo não é soterrá-la, mas refazê-la.

Paulo Freire

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PROPOSTA DE INTERVEÇÃO.....	22
QUADRO 2: PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	1

RESUMO

No processo de formação dos profissionais de nível médio técnico subsequente, ainda existem problemas em relação ao processo de ensino e aprendizagem relacionados à abordagem do tema saúde do trabalhador de forma interdisciplinar ou de forma específica na grade curricular. Como objetivo geral, este projeto de intervenção propôs desenvolver ações educativas aos estudantes da educação profissional sobre a prevenção de doenças do trabalho, profissionais e acidentes de trabalho. A realização do projeto de intervenção foi desenvolvida na Escola Estadual Professor Elysio Vianna, situada na rua Salgado Filho Nº 1320 Bairro Guabirota, cidade de Curitiba. O colégio oferta diferentes modalidades de ensino, possui 32 turmas e 769 matrículas distribuídas em ensino fundamental, ensino médio, ensino médio integrado e subsequente com os cursos de Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Química e Técnico em Qualidade. Os assuntos abordados durante a semana estavam relacionados às questões profissionais, saúde, segurança e questões sociais que estão na vida pessoal e profissional dos estudantes trabalhadores. Os pontos fortes das atividades foram as atividades práticas e construção de conhecimento com outras realidades e possibilidades diferentes dos modelos pedagógicos tradicionais. Na execução do projeto de intervenção foram identificadas certas carências dos alunos em relação a novas práticas e possibilidades de ensino e aprendizagem, não só sobre saúde do trabalhador, mas também de atividades que estão relacionadas as suas futuras atividades profissionais. Como exemplo dessa proposta de intervenção sobre a saúde do trabalhador, abre-se um leque para novas pesquisas para a relação educação profissional, saúde do trabalhador e educação. Espera-se que essas novas pesquisas em futuro próximo, questionem e investiguem as políticas públicas de educação, saúde do trabalhador, infraestrutura escolar e questões sociais para a melhoria da educação profissional e básica.

Palavras - Chaves: Saúde do Trabalhador, Educação Profissional, Políticas Públicas.

ABSTRACT

In the process of training secondary technical level professionals, there are still problems related to the teaching and learning process related to the approach to the subject of workers' health in an interdisciplinary or specific way in the curriculum. How general objective, this intervention project proposed to develop educational actions for students of professional education on the prevention of occupational diseases, occupational accidents and accidents. The realization of the project of intervention was developed at the Escola Estadual Professor Elysio Vianna, situated on Salgado Filho Street no. 1320 Guabirota, city of Curitiba. The College offer different methods of teaching, has 32 classrooms and 769 enrollments in elementary school, high school, high school and subsequent integrated with Technical courses in Environment, Chemical technician and technician Quality. The subjects discussed during the week were related to professional issues, health, safety and social issues that are in the personal and professional lives of students workers. The strengths of the activities were the practical activities and building knowledge with other realities and different possibilities of models traditional teaching. In implementing the project of intervention have been identified certain shortcomings of the students about the new practices and opportunities for teaching and learning, not only on workers ' health, but also activities that are related to their future professional activities. How example of this proposal for action on worker's health, opens up a range of new research to the professional education, relationship worker's health and education. It is expected that these new research in the near future, question and investigate the public policies for education, worker's health, school infrastructure and social issues for the improvement of the professional and basic education.

Key Words: Worker's Health, Professional Education, Public Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVO GERAL	5
1.1.1 Objetivos Específicos	5
2 REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1 SAÚDE DO TRABALHADOR.....	5
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	11
2.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO	16
3 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO	19
3.1.1 CURSOS TÉCNICOS QUALIDADE, QUÍMICA E MEIO AMBIENTE	20
4 PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	1
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	1
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	2

1 INTRODUÇÃO

Ao entrar no universo da saúde, é preciso se familiarizar e entender o conceito, pois esse possui vários significados em determinadas áreas do conhecimento como a saúde ambiental, saúde coletiva, saúde física, saúde mental, saúde social. A abordagem do conceito de saúde é interdisciplinar, pois está relacionado a diversos fatores da vida cotidiana, principalmente dos fatores ambientais e sociais, que são desencadeadores de diversos problemas e doenças que afeta a saúde e bem estar da população e sociedade. Segundo a Organização Mundial de Saúde OMS (2018, p.11) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades”. Na educação profissional no processo de ensino e aprendizagem nos cursos técnicos, a temática saúde é tratada como fator importante para os futuros profissionais que estarão entrando no mundo do trabalho, a saúde ambiental dos alunos da área ambiental, saúde segurança dos trabalhadores, por parte dos alunos da segurança do trabalho e a saúde humana nos cursos específicos voltados a saúde, como a enfermagem, nutrição e farmácia. Em outros cursos da educação profissional que são voltados aos ambientes industriais a abordagem do tema saúde, não é tão significativa, como técnico em mecânica, eletromecânica, eletrotécnica, química, qualidade, edificações que possuem diversos riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos) que causam acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A prática docente, didática e abordagem do estudante no processo de ensino e aprendizagem, são fatores importantes para a disseminação de informações e construção do conhecimentos voltados a medidas preventivas de saúde. Nas escolas e nos cursos de educação profissional, ainda falta infraestrutura, gestão escolar deficiente e despreparo de professores para trabalhar com o tema saúde do trabalhador de forma interdisciplinar com as suas disciplinas de formação. Na comunidade escolar e no ambiente da educação profissional, ainda está estabelecido o modelo tradicional e inúmeros professores estão enraizados nesse modelo como os detentores do conhecimento, não levando em consideração os saberes dos alunos, comunidades, questões sociais, origem dos educandos, problemas socioambientais e de saúde que estão próximo à comunidade escolar. Esse modelo gera impactos negativos na construção do conhecimento dos alunos

que permanecem confinados em um modelo de ensino ultrapassado que não se abre para a exploração do universo de conhecimento junto com os alunos e adjacências da escola de forma interdisciplinar, autônoma, exploratória para a construção de novos saberes em relação os problemas, causas, consequências e medidas de controle para os problemas de saúde que ocorrem nas adjacências da escola.

Promoção da saúde é o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação nesse processo. “A promoção da saúde representa um amplo processo social e político, ela não engloba apenas as ações dirigidas para o fortalecimento das habilidades e capacidades dos indivíduos, mas também das ações direcionadas para as mudanças nas condições sociais, ambientais e econômicas, de forma a aliviar seu impacto sobre a saúde pública e individual. A promoção da saúde é o processo que possibilita às pessoas aumentar o controle sobre determinantes da saúde e dessa forma, melhorá-la” (BRASIL, 2002, p.19).

No contexto da educação profissional existem situações problemas voltados à saúde, estão relacionados à relação estudantes e trabalho, pois a maioria dos alunos da educação profissional já realizam atividades profissionais em ambientes industriais, empresas ou são autônomos.

Outro fator impactante na formação dos cursos técnicos é a evasão escolar, devido às jornadas de trabalho exaustivas e grande período de deslocamento de ônibus até chegar à escola. Devido ao transporte e ao trabalho, os alunos não conseguem acompanhar os conteúdos e acabam desistindo dos cursos que poderia ser uma ponte para a melhoria da sua qualidade de vida. A sobrecarga e turnos de trabalho afetam diretamente os problemas cognitivos dos estudantes em relação à aprendizagem, inúmeras vezes os alunos não conseguem acompanhar os métodos de ensino dos professores, devido ao longo tempo sem estudar e deficiências na educação básica (fundamental e médio). Essas situações problemas na educação profissional são fatores que estão inseridos em todas as instituições de ensino privadas e públicas que impactam diretamente na construção dos conhecimentos dos profissionais de nível técnico. A educação profissional está associada à educação básica e está inserido no contexto do ensino médio e enfrenta todas as dificuldades e questões sociais associadas à educação, deficiências das escolas públicas e IDEB baixos, além das questões sociais dos estudantes trabalhadores. Nos cursos técnicos subsequente e integrado, os problemas de saúde comuns nos

alunos, devido a exposição aos riscos ocupacionais (químico, físico, biológicos, ergonômicos, acidentes) durante as jornadas excessivas de trabalho, que podem ocasionar acidentes do trabalho, doenças do trabalho e profissionais, como a LER – Lesões por esforços repetitivos e DORT – Doenças Osteomusculares relacionados ao trabalho.

Por mais que os alunos busquem a formação profissional, o mais impactante na vida dos estudantes da educação profissional, ainda é o desemprego, na qual eles não conseguem suprir suas necessidades familiares, que em alguns casos levam a quadros de depressão, e esses acabam evadindo dos cursos técnicos, profissões que poderiam melhorar a sua vida ao longo e curto prazo. No cotidiano dos alunos da educação profissional, o principal objetivo dos alunos é a melhoria na vida financeira, e sua saúde fica para segundo plano, e devido à necessidade se submetem a trabalhos insalubres e desgastantes que podem causar sérios problemas de saúde no futuro ou ao longo da sua vida laboral.

As questões relacionadas com a saúde no trabalho têm sido objeto de menor atenção do que as questões relacionadas com a segurança no trabalho, porque as primeiras são geralmente mais difíceis quer na sua identificação, na dificuldade da elaboração do seu diagnóstico, e no estabelecimento da relação de causa a efeito[...]. O importante é frisar que as questões da saúde e da segurança devem ser identificadas em todos os locais de trabalho. (OIT, 2009, p.1)

Os cursos de educação profissional sofrem igualmente como todos os cursos da educação básica, e a modalidade de formação profissional, carrega todos os problemas e questões sociais, econômicas e de saúde de um adulto. Toda a problemática relacionada à educação e saúde originadas na educação infantil, inúmeros se perpetuam para o ensino médio e educação profissional e acabam tornando-se um problema de saúde pública. Para a melhoria e redução desses problemas de ordem crônica relacionados a saúde do trabalhador e saúde básica da população, será necessário a inclusão de atividades de promoção e orientação sobre saúde em todos os níveis de ensino, principalmente na formação profissional que abastece mão de obra para indústria e empresas que possuem condições insalubres, perigosas ou são geradoras de transtornos ou problemas de saúde irreversíveis a população trabalhadora. De acordo com secretaria de educação do Paraná (2018, p.1) os cursos pertencentes a este Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde estão relacionados com as tecnologias associadas à melhoria da qualidade

de vida, à preservação e utilização da natureza, ao desenvolvimento e a inovação tecnológica de suporte e atenção à saúde. Ainda abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental.

Tonete e Parada (2008, p.1) definem promoção da saúde como o processo destinado à capacitar os indivíduos para exercerem um maior controle sobre sua saúde e sobre os fatores que podem afetá-la, reduzindo aqueles que podem resultar em risco e favorecendo os que são protetores e saudáveis. Admite-se que a saúde se desenvolve e é gerada no marco da vida cotidiana: nos centros de trabalho, de recreação e de ensino.

No desenvolvimento das atividades do projeto de intervenção foram realizadas atividades que estão voltadas a questão de saúde, educação, trabalho, cultura da escola e tecnologias digitais. A situação problema identificada no objeto de estudo na escola estadual foi à ausência disciplina específicas da área de saúde do trabalhador, falta de atividades e ações que possam orientar os estudantes trabalhadores em relação a saúde do trabalhador, prevenção de riscos ocupacionais e perigos das profissões de técnicos em química, qualidade e meio ambiente.

Como a educação e saúde estão inter-relacionadas, e se convergem nos ambientes escolares, a finalidade desse trabalho foi apresentar uma proposta de intervenção na educação profissional para desenvolver a percepção dos alunos/trabalhadores sobre a saúde do trabalhador, riscos ambientais, doenças do trabalho e profissionais no exercício das futuras profissões que vão desempenhar no mundo do trabalho. Essa proposta de intervenção sobre a saúde do trabalhador na educação profissional não definirá soluções para os problemas do sistema de ensino, saúde pública, saúde do trabalhador, SUS, infraestrutura escolar ou incoerências nas políticas públicas de saúde e educação, mas apresentarão dados e informações sobre a importância da conscientização dos estudantes/trabalhadores em relação à saúde do trabalhador no processo de formação dos cursos técnicos.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Desenvolver ações educativas aos estudantes da educação profissional sobre a prevenção de doenças do trabalho, profissionais e acidentes de trabalho.

1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Discutir as fragilidades e os pontos positivos do processo da ensino da saúde do trabalhador nos cursos técnico de nível médio.
- b) Disseminar informações como o apoio de TDICS sobre a importância de medidas preventivas para a saúde e qualidade de vida no trabalho.
- c) Orientar os estudantes sobre de riscos ocupacionais (Físicos, Químicos, Biológicos, Ergonômicos, Acidentes) que ocorrem no ambiente de trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 SAÚDE DO TRABALHADOR.

O processo histórico da saúde do trabalhador tem início quando surgem as primeiras medidas de segurança, quando o homem primitivo por instinto de conservação desenvolve utensílios para se defender de animais e fenômenos naturais. No ano de 1700 foi caracterizado pelo início da medicina do trabalho, é quando surge o livro de *Bernadino Ramazzini* intitulada como: *De morbis artificum diatribe* traduzida como *Doenças dos trabalhadores*. Nessa obra ele descreve 50 profissões diferentes e todas as doenças a elas relacionadas como atividades de coveiros, parteiras, mineiros, tipógrafos, escribas, notários, confeitores, tecelões, bronzistas, carpinteiros, pescadores, ladrilheiros, marinheiros, remeiros e outras profissionais do século XVIII.

O múltiplo e variado campo semeado de doenças para aqueles que necessitam ganhar salário e, portanto, terão de sofrer males terríveis em consequência do ofício que exercem, prolifera, segundo creio, devido a duas causas principais: a primeira, e a mais importante, é a natureza nociva da substância manipulada que pode produzir doenças especiais pelas exalações danosas e poeiras irritantes que afetam o organismo humano; a segunda é a violência que se faz à estrutura natural da máquina vital com posições forçadas e inadequadas do corpo, o que, pouco a pouco, pode produzir grave enfermidade. (RAMAZZINI, 2016, p.30)

A partir do ano 1800 com o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, muitas transformações aconteceram para as sociedades, principalmente para a classe trabalhadora. As transformações nos processos de trabalho do artesanal ao mecanizado interferiram diretamente no bem-estar físico e psicológico do trabalhador, devido à execução de longas jornadas de trabalho em ambientes sem segurança, tendo que manusear máquinas tecnologicamente avançadas para a época, com as quais não estavam habituados, gerando assim graves acidentes de trabalho como: mutilação, intoxicação, desgaste físico.

Com a invenção da máquina a vapor, nasce na Inglaterra a Revolução Industrial (1760/1830). Assim, galpões, estábulos e velhos armazéns eram rapidamente transformados em fábricas, colocando-se no seu interior o maior número possível de máquinas de fição e tecelagem. Os ambientes improvisados destinados às fábricas mantinham em seu interior temperatura elevadas[...], as máquinas ofereciam constante risco de acidentes aos trabalhadores, uma vez que não foram desenvolvidas levando-se em consideração seu usuário. A improvisação das fábricas e a mão-de-obra constituída por homens, mulheres e crianças, sem qualquer processo seletivo quanto ao seu estado de saúde e desenvolvimento físico, culminaram em doenças e mortes. Diante dessa situação, reivindicações trabalhistas foram feitas pelo povo, e os órgãos governamentais tiveram que intervir para que as fábricas oferecessem um ambiente laboral mais digno. TAVARES, 2009, p.12).

No século XX, a partir de 1919 o importante marco para saúde e segurança do trabalhador foi a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de nivelar as questões relacionadas ao trabalho ao desenvolvimento econômico, as ações de proteção da saúde do trabalhador, limitação das longas jornadas de trabalho, proteção à maternidade e erradicação trabalho infantil entre outras. A criação da Organização Mundial da Saúde em 1948 estabeleceu o conceito de saúde como “completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de afecções ou enfermidades” e que “o gozo do grau máximo de saúde que se pode alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano.” (OMS, 2018, p.1). No mesmo ano foi criada a Assembleia Geral das Nações Unidas, que aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem, que se constitui uma fonte de princípios na aplicação das normas jurídicas. A declaração assegura ao trabalhador o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, as condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra ao desemprego; o direito ao repouso e ao lazer, limitação de horas de trabalho, férias periódicas remuneradas, além de padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar.

No Brasil com características de colonização nos séculos XVIII e XIX com mão-de-obra escrava e economia totalmente agrícola, teve um desenvolvimento tecnológico tarde comparado com os países Europeus, pois a industrialização já estava em processo.

Em 1923 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública. Com a regulamentação desse departamento, foi instituída a *Inspetoria de Higiene Industrial e Profissional*, e entre as atividades de sua competência, destacavam-se: o licenciamento e a autorização de transferência dos estabelecimentos industriais e oficinas; as visitas às fábricas e oficinas, inspecionando os locais de trabalho e os operários; a promoção do afastamento dos operários acometidos por lepra, tuberculose e qualquer outra doença infecto-contagiosa; a responsabilidade pela análise das substâncias usadas nas indústrias; a adoção de medidas voltadas à proteção da saúde dos operários e dos moradores das vizinhanças dos estabelecimentos.(ALMEIDA, 2015, p.68).

As políticas públicas de saúde, estão sempre nos processos decisórios do governo federal, municipal e estadual por ser um direito social assegurado nas constituições federais a partir de 1937. O processo de construção dos sistemas de saúde foram políticas públicas federais que foram pensadas no século XIX e consolidadas no século XX, com a constituição de 1937 como um direito social para todos os cidadãos Brasileiros. A saúde pública, acesso à saúde e educação para a população não foram contempladas nas constituições de 1834, 1891,1934, e se torna formal alguns requisitos a partir de 1937, quando o governo federal da autonomia aos estados para legislar sobre alguns aspectos sobre a saúde pública. Segundo a constituição (1937, p.5) “os estados podem legislar assistência pública, obras de higiene popular, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais”; É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino. Em meio a todas as leis que surgiram no Brasil em relação ao trabalho, foi somente em 1943 que os trabalhadores consolidaram seus direitos e deveres em relação ao trabalho. Com a implantação das Consolidações das leis de trabalho CLT que regulamentou todas as normas trabalhistas determinando os direitos e deveres de empregador e empregado, não só no que diz respeito à saúde do trabalhador, redução da periculosidade e insalubridade, jornada de trabalho, salário, previdência social, aposentadoria.

No Brasil, a evolução da segurança do trabalho se deu de forma mais tardia do que na Europa, uma vez que a nossa revolução industrial começou por volta de 1930. Nessa época, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, iniciou o processo de direitos trabalhistas individuais e coletivos com a criação da CLT, em 1943. (TAVARES, 2009, p.17)

Em meio a todas as leis que surgiram no Brasil em relação ao trabalho, foi somente em 1943 que os trabalhadores consolidaram seus direitos e deveres em relação ao trabalho. Com a implantação das Consolidações das leis de trabalho que regulamentou todas as normas trabalhistas determinando os direitos e deveres de empregador e empregado, não só no que diz respeito à saúde do trabalhador, redução da periculosidade e insalubridade, jornada de trabalho, salário, previdência social, aposentadoria. Em 1978 foram asseguradas ao trabalhador urbano e rural as normas regulamentadora de saúde e segurança do trabalho para a proteção do trabalhador em diferentes sistemas produtivos, e definiu regras para o levantamento dos riscos ambientais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, acidentes) e controle médico saúde ocupacional dos trabalhadores com a realização de exames para a admissão, mudança de função, retorno ao trabalho e demissão. Com o decreto de 3214/1978 permitiu aos trabalhadores maior segurança e promoção da saúde nos ambientes de trabalho e controle estatísticos de acidentes e doenças do trabalho pelo ministério do trabalho, ministério da saúde e seguridade social.

Com a promulgação da constituição de 1988, na seção II do art. 196 a 200, e ficou definido que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (BRASIL, 1988, p.70). Na década de 1990 foi estabelecida a principal política pública de saúde, como desdobramento da seção capítulo II, seção II da constituição federal. Com a política pública 8080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, recuperação da saúde e direção do sistema único de saúde, define também requisitos para a saúde do trabalhador.

Entende-se por Saúde do Trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. (BRASIL, 1990, p.2)

Com a Constituição de 1988 nasceu o marco principal da etapa de Saúde do Trabalhador no nosso ordenamento jurídico, ficou garantida a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. A proteção à saúde do trabalhador fundamenta-se, constitucionalmente, na tutela “da vida com dignidade”, e tem como objetivo primordial a redução do risco de doença, como exemplifica o art. 7º, inciso XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; e também o art. 200 - Ao Sistema Único de Saúde compete: VIII- colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, além do art. 193, que determina que “a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”.

Os problemas referentes à segurança, à saúde, ao meio ambiente e à qualidade de vida no trabalho vêm ganhando importância no Governo, nas entidades empresariais, nas centrais sindicais e na sociedade como um todo. Propostas para construir um Brasil moderno e competitivo, com menor número de acidentes e doenças de trabalho, com progresso social na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços, devem ser apoiadas (MORAES, 2011, p.2017).

No universo das políticas públicas de saúde, existem legislações federais, estaduais e municipais específicas para a gestão e acompanhamento da saúde do trabalhador no âmbito do sistema único de saúde. A saúde do trabalhador é definida como o “conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos das condições de trabalho”. (BRASIL, 1990, p.3). Essas políticas públicas definiram regras em relação à promoção da saúde do trabalhador, e em 1991 surgiu o principal requisito legal referente à seguridade social e saúde do trabalhador. A lei federal 8213/1991 estabeleceu as enfermidades que podem acometer a saúde do trabalhador, como acidente de trabalho, doenças profissionais e doenças do trabalho. Em 2004 foi instituído o documento que definir a política nacional e segurança e saúde do trabalhador, na qual estabeleceu requisitos para o desenvolvimento de ações para promoção da saúde do trabalhador pelas instituições do Ministério do Trabalho, Previdência Social e da Saúde. Com vistas a garantir que o trabalho, base da

organização social e direito humano fundamental, seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, a realização pessoal e social dos trabalhadores e sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental (BRASIL, 2004 p.1). Em 2005 com base no documento da política nacional de segurança e saúde do trabalhador, o ministério da saúde promulgou a portaria que dispõe sobre os propósitos da política de saúde do trabalhador para o SUS, com a seguinte finalidade:

Estabelecer que toda política de saúde do trabalhador para o SUS tenha por propósito a promoção da saúde e a redução da morbimortalidade dos trabalhadores[...], atenção e assistência integral da saúde dos trabalhadores, o fortalecimento da vigilância de ambientes, os processos e agravos relacionados ao trabalho, adequação e ampliação da capacidade institucional; estruturação de Rede de Informações em Saúde do Trabalhador; Apoio ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas em Saúde do Trabalhador; Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos; Participação da Comunidade na Gestão das Ações em Saúde do Trabalhador. (BRASIL, 2005, p.1)

Em 2012 em complemento as políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador, foram formalizadas como requisito legal a política nacional de segurança e saúde do trabalho pela portaria 1.823/2012 do ministério da saúde que instituiu a política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora. Um dos itens importantes dessa portaria foi o estabelecimento de ações para a vigilância da saúde do trabalhador, como as notificações compulsórias dos agravos na saúde do trabalhador relacionados ao trabalho. As notificações compulsórias de enfermidades originados no trabalho estão incluídas ao sistema nacional de comunicação ao sistema de Informação de agravos de notificação, na qual é alimentado pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória que inclui a vigilância da saúde do trabalhador. As doenças obrigatórias para a notificação compulsória voltadas a saúde do trabalhador são as perda Auditiva Induzida por Ruído, dermatoses ocupacionais, pneumoconioses, LER/DORT, câncer relacionado ao trabalho, acidente de trabalho com exposição o material biológico, transtornos mentais relacionados ao trabalho, acidente de trabalho fatal, acidente de trabalho com mutilações, acidente de trabalho em crianças e adolescentes, intoxicação exógena(substancias químicas, gases tóxicos, agrotóxicos, metais pesados). .

A política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora alinha-se com o conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS, considerando a transversalidade das ações de saúde do trabalhador e o trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença. Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política. (BRASIL, 2012, p.1)

Além das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho, é assegurada aos trabalhadores também políticas públicas específicas para sua proteção, saúde e integridade no mundo do trabalho capitalista. Ainda que se estabeleçam inúmeras políticas públicas, a saúde do trabalhador é um problema crônico na saúde pública e a cada ano aumentam os casos de acidentes, doenças profissionais e do trabalho, devido às novas tecnologias, automação industrial, novas substâncias químicas, energias perigosas, biotecnologias, envelhecimento e migração dos trabalhadores, desempregos entre outros aspectos socioambientais que impactam a vida do trabalhador. Portanto, nesse contexto que surgem as necessidades de inclusão de temas e medidas preventivas de saúde no processo de formação dos trabalhadores nos ambientes escolares, pois essas medidas em pequeno, médio e longo prazo podem reduzir os impactos na Saúde Pública relacionados à Saúde do Trabalhador.

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional no Brasil teve início no processo de colonização, com a chegada dos jesuítas. Na fundação da primeira escola no país, Manuel de Nobrega, fundou em 1549 a primeira escola no Brasil em Salvador, com o objetivo de ensinar a ler escrever, mas também ensinar ofícios aos meninos órfãos, moços perdidos, órfãos da terra e filhos de gentios. Por dois séculos a educação no Brasil foi direcionada pelos jesuítas, e somente no século XVIII a educação brasileira, sofreu as primeiras transformações do processo de ensino com a reforma pombalina.

A reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas precisamente das colônias portuguesas, tirando o comando da educação das mãos destes e passando para as mãos do Estado. Os objetivos que conduziram a administração pombalina a tal reforma, foram assim, um

imperativo da própria circunstância histórica. Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias (SECO; AMARAL, 2012, p.4).

Entre 1759 e 1800, as reformas pombalinas fecharam as escolas jesuítas e tinham como finalidade de transferir a responsabilidade da educação para o estado. A reforma educacional de Pombal de intitulada de instrução pública, causou um colapso no sistema educacional da época, e o modelo proposto não supriu a demanda da população da época e desestruturou o modelo educacional jesuítico que predominou por duzentos e dez anos no período de colonização no Brasil. Autores defendem a reforma educacional de grandes proporções e com propósitos ideológicos de Pombal, foi uma das primeiras reformas da educação brasileira que não deram certo, pois o ensino se tornou fragmentado com as aulas régias que eram disciplinas isoladas e ensinadas por um professor e subsidiado pela coroa portuguesa por intermédio do subsídio literário.

O modelo educacional pombalino beneficiou uma parte da população (elite colonial), diferente da educação jesuíta que era voltada para todos, até para órfãos e filhos de índios. Com o interesse da coroa portuguesa, a reforma teve a finalidade de modernização da educação para suprir a demanda do mundo mercantilista e reformulação da economia portuguesa. Os projetos educacionais realizados no Brasil Colônia, sempre foram de caráter econômico e político, diferentemente de outras nações, em que a educação, estava voltada para a formação de caráter, construção do conhecimento e para o mundo do trabalho, ou seja, voltado para um projeto de nação. As propostas educacionais de Pombal com as aulas régias ficaram até o século XIX, e sofreu alterações somente com a chegada da família real no Brasil em 1808, período em que a educação e a cultura no país sofreram um novo processo de modernização com o surgimento de instituições culturais, educacionais e universitárias. A elaboração de políticas públicas para a educação no Brasil iniciaram no século XIX, a partir de 1824 na primeira carta magna da nação, intitulada como constituição política do Império do Brasil. Esse documento imperial Brasil (1824, p.2) estabeleceu a “*instrucção* primaria e gratuita a todos os cidadãos, e *Collegios*, e *Universidades*, aonde serão ensinados os elementos das *Sciencias*, *Bellas Letras*, e *Artes*”. Posteriormente a essa constituição, a educação se tornou um direito de todos os brasileiros, não mais somente a elite da época. Na primeira

constituição republicana, em 1891, a abordagem da educação, está voltada a criação de escolas e os meios para o ensino, segundo Brasil (1891, p.23) “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados”. O marco para a educação profissional no Brasil iniciou-se a partir de 1900 com a criação das escolas profissionais no Rio de Janeiro pelo então Governador Nilo Peçanha, nas quais foram criadas quatro escolas profissionais nas cidades em Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul para o ensino de ofícios e aprendizagem agrícolas. Em 1906 foi estabelecido que o ensino técnico no Brasil era uma modalidade de ensino importante para o desenvolvimento do Brasil. Dotada de tanta importância no início do século XX no Brasil, a educação profissional, foi expandida para mais 19 estados no Brasil, com a missão de expandir as escolas de aprendizes artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Com a revisão da constituição de 1934, a constituição federal de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial. O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-se dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários. (BRASIL, 1937, p.25).

Com a passar das décadas a partir do início século XX, a educação profissional cresceu, e em 1942 com o Decreto nº 4.127, de 25/02/1942, transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, assim o ensino industrial entra nos sistemas de ensino do país e alunos de cursos técnico poderiam ingressar nos cursos superiores. Na década de 40 com todas as transformações que estavam ocorrendo no Brasil, em prol da industrialização, foi intensa as instalações das escolas comerciais, com a promulgação da lei orgânica da educação nacional, surgiram os precursores do sistema S, SENAI – Serviço Nacional Aprendizagem Industrial(1942) e SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional.

Há mais de 70 anos, já estava claro que, sem educação profissional de qualidade, o Brasil não teria uma indústria forte e nem alcançaria o desenvolvimento sustentado (CNI, 2017, p.1).

Em 1971 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692 de 11/08/1971 torna de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos, e posteriormente em 1978, são criados os CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica. Na constituição federal de 1988, a educação torna-se um direito social e a carta magna da direção para uma reformulação da LDB - Diretrizes e bases da educação nacional, segundo a Constituição Federal do Brasil (1988, p.1) são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Na segunda LDB elaborado em 1996, descreve que a,

Preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - Articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 1996, p.16).

A educação profissional no Brasil está voltada para a formação de mão obra para mercado de trabalho, e não formação crítica, emancipatória e libertadora para formação consciente e crítica das suas realidades, e que possa entender como as influências, políticas, econômicas, sociais e ambientais influenciam a sua vida. Para Brasil (2007, p.12,) a educação profissional cria essas conexões e estabelece, em primeiro lugar, o vínculo da escola com o mundo do trabalho e com o da produção; do conhecimento abstrato e da formação geral com a formação específica, com os ofícios, com as habilidades e competências.

De uma forma geral a educação profissional tem servido para preparar mão de obra (qualificação da força de trabalho) para as relações de produção capitalistas vigentes no Brasil. Predominou, ao longo da história, uma finalidade instrumental, operacional, qual seja, que o trabalhador fosse

capaz de executar as funções que lhes são reservadas de forma mecânica e tecnicista. (GRABOWSKI; RIBEIRO, 2006, p. 2).

A formação do trabalhador, apenas para o mercado de trabalho, existe por trás dessa formação um aparato ideológico no sistema capitalista de alienação e controle social estabelecida pelos modos de produção. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso muda sua natureza geral, por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle (MARX, 2013, p.15). A educação e o mundo trabalho são fatores essenciais para as sociedades, e possuem uma relação histórica no processo de formação dos cidadãos, na busca de emprego para suprir a suas necessidades sociais. De acordo com as necessidades sociais, Abraham Maslow, propõe que as necessidades de satisfação dos seres humanos estão apoiadas em cinco níveis determinados em forma de pirâmide. De acordo com Robbins (2002, p.25), cada um dos níveis de necessidade da seguinte forma:

1. Fisiológicas: incluem fome, sede, abrigo sexo e outras necessidades corporais.
2. Segurança: inclui segurança e proteção contra danos físicos e emocionais.
3. Sociais: Incluem afeição, aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo.
4. Estima: Inclui fatores internos de estima, como respeito próprio, realização e autonomia; e fatores externos de estima, como status, reconhecimento e atenção.
5. Auto realização: a intenção de tornar-se tudo aquilo que a pessoa é capaz de ser; inclui crescimento, autodesenvolvimento e alcance do próprio potencial.

O mundo do trabalho e a educação ocorrem em duas perspectivas para o atendimento as necessidades e mediações sociais dos indivíduos de uma sociedade. Segundo Frigotto e Ciavatta (2001, p.98). A educação tem seu sentido fundamental como formação humana e humanizadora, com base em valores e em práticas ética e culturalmente elevados; e também ocorre em formas pragmáticas a serviço de interesses e valores do mercado, da produção capitalista, nem sempre convergentes com seu sentido fundamental. Para Frigotto (2010, p.20) “o trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais”.

A escola com a função social de transformação e difusão do conhecimento tem o poder para a mobilização da educação e saúde comunidade escolar externa para que essas possam construir conhecimentos, informações, habilidades, valores e saberes necessários para prevenção e erradicação de doenças ainda presentes nos ambientes de trabalho e na sociedade.

2.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO

Ao entrar no universo da saúde, é preciso se familiarizar e entender o conceito, pois esse possui vários significados em determinadas áreas do conhecimento como a saúde ambiental, saúde coletiva, saúde física, saúde mental, saúde social. Entendendo conceito de saúde ambiental e social, é grande passo para discutir e compreender a saúde na escola. Diante de todas as questões socioambientais, sociais e de saúde que afetam a população brasileira, a escola é uma importante instituição no processo de desenvolvimento de ações preventivas relacionados à redução de doenças e impactos financeiros na gestão da saúde pública, principalmente relacionadas à saúde do trabalhador. O processo saúde-doença é uma expressão usada para fazer referência a todas as variáveis que envolvem a saúde e a doença de um indivíduo ou população, e considera que ambas estão interligadas. Esses processos relacionados à doença podem iniciar na fase da idade escolar dos indivíduos, ou de processos endêmicos ou epidêmicos em uma determinada região que aumentam com determinadas condicionantes ou ausência do estado, como falta de saneamento básico, aspectos socioambientais, desequilíbrio ambiental, doenças de via hídrica, proliferação de vetores, acidentes, doenças profissionais e do trabalho.

A partir de 1988 as políticas públicas de educação e saúde tiveram grande expansão na década de 1990. No campo da saúde foi à promulgação da lei 8080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e com a lei 9394/1996 de diretrizes e bases da educação que estabelece as diretrizes para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica e ensino superior. Em todos os processos da gestão pública de nível federal, estadual e municipal a educação e saúde são direitos assegurados constitucionalmente e fazem parte da realidade das populações e devem ser discutidas em conselhos e conferências de saúde e educação para que

os cidadãos tenham o atendimento desses serviços de forma digna, gratuitos e de boa qualidade com a participação população para mostrar, explicar e sugerir propostas voltadas a sua realidade. O Programa Saúde na Escola, política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007, com a finalidade de estabelecer requisitos de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira. A articulação intersetorial das redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do Programa Saúde na Escola implica mais do que ofertas de serviços num mesmo território, pois deve propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade. O ensino de Saúde tem sido um desafio para a educação no que se refere à possibilidade de garantir uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida. As experiências mostram que transmitir informações a respeito do funcionamento do corpo e das características das doenças, bem como de um elenco de hábitos de higiene, não é suficiente para que os alunos desenvolvam atitudes de vida saudável (BRASIL, 1997, p.245).

As questões de saúde/doenças devem ser construídas nas escolas a partir da contextualização da realidade local dos alunos e dos fatores biológicos, econômicos, sociais e culturais e, com eles, pretende obter possíveis motivações para o surgimento de alguma enfermidade. No contexto da educação profissional, nos cursos técnicos em meio ambiente e química, podem ser trabalhados diversos temas relacionados à segurança ambiental, saúde e economia na qual estão inseridos os fatores biológicos, econômicos, sociais e culturais que podem ser trabalhados de forma interdisciplinar no processo de formação. O saneamento básico e ambiental é uma questão determinante para população, e deve ser trabalhada em todos os níveis de formação. Além da infraestrutura provida pelo estado, a população deve ter conscientização sobre a sua importância na escola e no processo de formação dos futuros cidadãos do país, pois a informação e infraestrutura podem reduzir o impacto na saúde pública com doenças de veiculação hídrica, como a leptospirose, cólera, ascaridíase, esquistossomose, hepatite. Segundo Freire (1996, p.16) é preciso discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e

dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. A abordagem do saneamento básico dos alunos deve ser realizada a partir da experiência e com aulas práticas, com contato com a problemática do saneamento básico direto nas comunidades urbanas, periféricas rurais, e após esse contato com a realidade socioambiental da região.

Educação para a Saúde como fator de promoção e proteção à saúde e estratégia para a conquista dos direitos de cidadania. Sua inclusão no currículo responde a uma forte demanda social, num contexto em que a tradução da proposta constitucional em prática requer o desenvolvimento da consciência sanitária da população e dos governantes para que o direito à saúde seja encarado como prioridade. A escola, sozinha, não levará os alunos a adquirirem saúde. Pode e deve, entretanto, fornecer elementos que os capacitem para uma vida saudável. (BRASIL, 2014, p.65).

Na escola a abordagem do tema saúde está voltada ao processo de formação dos cursos técnicos, mas não na forma estabelecida nos parâmetros curriculares nacionais, na qual atinja todos os alunos da educação básica, com atividades e informações para a promoção e medidas preventivas para a saúde.

Naturalmente, a educação para a Saúde não cumpre o papel de substituir as mudanças estruturais da sociedade, necessárias para a garantia da qualidade de vida e saúde, mas pode contribuir decisivamente para sua efetivação. Educação e saúde estão intimamente relacionadas e, em especial, a educação para a Saúde é resultante da confluência desses dois fenômenos. Apesar de que educar para a saúde seja responsabilidade de muitas outras instâncias, em especial dos próprios serviços de saúde, a escola ainda é a instituição que, privilegiadamente, pode se transformar num espaço genuíno de promoção da saúde. (BRASIL, 1997, p.259).

Infelizmente os desdobramentos dos Parâmetros curriculares nacionais estão em um processo lento na aplicação da realidade na escola, após 21 anos da sua criação e 11 anos da criação do programa de saúde na escola, essas políticas públicas poderiam ter reduzidos inúmeros problemas impactos na saúde pública com a conscientização da população em relação às medidas preventivas de saúde a partir de uma realidade prática dos alunos na escola e em sua realidade local.

Na educação profissional a disseminação dos conceitos e práticas de promoção a saúde na escolas estão presentes em atividades extracurriculares e disseminadas em disciplinas específicas de saúde e segurança do trabalho, legislação e saúde ambiental, excluindo-se das grades curriculares de cursos voltados a mecânica, eletromecânica, edificações entre outros de formação de nível

médio. No processo de ensino e aprendizagem os alunos do curso técnico em meio ambiente, enfermagem, segurança do trabalho tem acesso a introdução sobre os direitos sociais estabelecidos na constituição, na qual estão a saúde e educação como direitos assegurados aos cidadãos. Na educação profissional nos cursos técnicos em meio ambiente e segurança do trabalho, a temática saúde é tratada como fator importante para os futuros profissionais entram no mundo do trabalho, a saúde ambiental dos alunos da área ambiental e saúde segurança dos trabalhadores por parte dos alunos da segurança do trabalho. A temática da saúde deveria ser parte integrante da grade curricular da educação profissional, pois esse tema é considerado nas política públicas parte da organização social do Brasil. Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (BRASIL, 1990, p.1).

3 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

A metodologia do trabalho, constituiu em uma intervenção, na qual foram levantadas informações referentes ao conhecimento de medidas preventivas e orientações voltadas à Saúde do Trabalhador. O desenvolvimento desse projeto de intervenção possibilitou orientar os futuros profissionais técnicos para um novo olhar em relação à Saúde do Trabalhador nos contextos escolares, a partir das atividades e ações para orientação e disseminação de informações aos estudantes nos cursos técnicos com ações relacionadas as medidas preventivas para a minimização de riscos, perigos, prevenção de acidentes, doenças do trabalho e profissionais no mundo do trabalho. Além da proposta de intervenção foram realizadas a coleta e levantamento de informações em livros, periódicos, revistas, dissertações, teses, domínio público, periódicos capes e contato com professores, estudantes e egressos. As informações adquiridas nas literaturas serviram para a composição da fundamentação teórica, e essas informações serviram para a composição da fundamentação teórica e encaminhamento metodológico da pesquisa que foi estruturado a partir do método descritivo, possibilitando a construção de novos

conhecimentos relacionados à saúde do trabalhador, saúde na escola e formação para o mundo do trabalho.

A maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva. O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente etc. (TRIVINOS, 1987, p. 110).

As intervenções foram realizadas no período do segundo semestre de 2018 no colégio Elísio Viana durante os intervalos, atividades dirigidas para as turmas de técnico em Qualidade, Química e Meio Ambiente. As atividades principais realizadas ocorreram na semana interna de meio ambiente e qualidade que ocorreu entre os dias 15 e 19 de outubro de 2018. No quadro 1 estão as atividades de intervenção realizadas como: Ações educativas sobre as medidas preventivas para a saúde e qualidade de vida no trabalho, prevenção de doenças do trabalho, profissionais e acidentes de trabalho, palestras de profissionais da saúde e segurança do trabalho, apresentação de equipamentos de proteção individual e coletiva e rodas de conversas sobre os principais problemas de saúde nas profissões dos técnicos em química, qualidade e meio ambiente.

3.1.1 CURSOS TÉCNICOS QUALIDADE, QUÍMICA E MEIO AMBIENTE

Nos cursos técnicos em qualidade, meio ambiente e química são cursos subsequentes ao ensino médio, e faz parte da educação básica. Nessas áreas de formação existem riscos e perigos específicos em cada uma que podem afetar a saúde do trabalhador e causar consequências ao trabalhador como acidentes, doenças profissionais e do trabalho.

É preciso realizar a inclusão da comunidade e do controle social nos programas de capacitação e educação permanente em saúde do trabalhador, sempre que possível, e inclusão de conteúdos de saúde do trabalhador nos processos de capacitação permanente voltados para a comunidade e o controle social, incluindo grupos de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, com vistas às ações de promoção em saúde do trabalhador. BRASIL (2012, p.15).

Na área ambiental os profissionais estão expostos a riscos industriais, mas também a fatores relacionados às questões socioambientais que são originados de problemas sociais e ambientais que estão na realidade de atuação dos técnicos em meio ambiente como a exposição a doenças transmitidas por vetores, veiculação hídrica, contaminação de produtos químicos e agentes biológicos do tratamento de esgoto e resíduos.

A função do Técnico em Meio Ambiente Coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais [...]. Organiza programas de Educação ambiental com base no monitoramento, correção e prevenção das atividades antrópicas, conservação dos recursos naturais através de análises prelecionistas. Organiza redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos, opera sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos. (BRASIL, 2016, p.29).

Na área da qualidade, os profissionais estão expostos aos riscos comuns dos ambientes industriais que estão divididos em riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentes. Os fatores de riscos ocupacionais são aqueles devido aos agentes: físicos (calor, ruído, radiações ionizantes e não ionizantes, vibração, iluminamento); químicos (substâncias químicas) e biológicos (vírus, bactérias, fungos, etc.). Os fatores devido às condições de trabalho, também chamados de ergonômicos, são os devido à: organização do trabalho, ritmo do trabalho, fatores estressantes, posições incômodas, trabalho em turno, etc.

O Técnico em Qualidade é um profissional apto a desenvolver atividades que visem ao acompanhamento ou desenvolvimento dos diversos processos da Qualidade, colaborando na elaboração de manuais, procedimentos, diagnósticos e relatórios dos processos das empresas, Identifica não conformidades em produtos e processos, suas possíveis causas, ações corretivas e preventivas [...]. Profissionais de nível técnico na área de qualidade são importantes para qualificar os serviços na área e dar suporte ao desenvolvimento do país em diversas áreas industriais. (PARANÁ, 2015, p.2).

Na área da química os trabalhadores estão expostos, principalmente aos riscos químicos que podem desencadear várias doenças do trabalho e profissionais, além dos riscos de acidentes do trabalho por inalação, ingestão e contato com diversos produtos, vapores, poeira, névoa, gases e fumos químicos.

O técnico em Química possui conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos, atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos. Atua

com responsabilidade ambiental e em conformidade com as normas técnicas, as normas de qualidade e de boas práticas de manufatura e de segurança. (PARANA, 2013, p.1).

Os profissionais de nível médio oriundos da educação profissional estão expostos a agentes ambientais, acidentes e ergonômicos que podem acometer a sua saúde no ambiente do trabalho. A construção de conhecimento e medidas preventivas em relação a saúde do trabalhador na educação profissional possibilita aos técnicos a redução das distancias entre os riscos e perigos no ambiente que podem trazer consequências ao trabalhadores no ambiente de trabalho.

Portanto, o desenvolvimento de projetos de intervenções e ações preventivas para o ensino e orientação dos estudantes da educação profissional, torna-se essencial para a redução dos índices de acidentes, doenças do trabalho e profissionais nos ambientes de trabalho e impactos na saúde do trabalhador e orçamento da saúde pública. Nesse contexto da educação profissional, serão realizadas atividades e ações de promoção à saúde do trabalhador na escola estadual Elysio Vianna com a finalidade de orientar aos alunos sobre os riscos ocupacionais, medidas de controle e prevenção de acordo com a proposta descrita na tabela a seguir:

QUADRO 1: PROPOSTA DE INTERVEÇÃO

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	
MÊS	TEMAS ABORDADOS
OUTUBRO/2018	Palestra de Saúde e Segurança do Trabalhador sobre riscos ocupacionais (Químico, Físico, Biológico, Ergonômico, Acidentes) na saúde do trabalhador.
OUTUBRO/2018	Works Shop de EPI – Equipamentos de Proteção Individual para técnicos em qualidade, técnicos em meio ambiente e técnico em química.
OUTUBRO/2018	Atividades dirigidas sala de aula: Utilização de Recursos Digitais para acesso consulta de validade de EPI do EPI adequado para cada profissão, e as normas que regem a segurança e saúde do trabalhador na área (Química, Meio Ambiente, Qualidade) e saúde do trabalhador no SUS.
OUTUBRO/2018	Palestras sobre riscos em máquinas e equipamentos: Palestra sobre primeiros socorros, doenças profissionais, acidentes e doenças do trabalho. Palestrante: Téc. Enfª/TST: Graciele Lima
OUTUBRO/2018	Visita Técnica em Empresa Certificada com SGI – Sistema de Gestão Integrado de Segurança do trabalho, Meio Ambiente, Qualidade.

Fonte: Autor (2018)

4 PROJETO DE INTERVENÇÃO

A realização do projeto de intervenção foi desenvolvida na Escola Estadual Professor Elysio Vianna, situada na rua Salgado Filho Nº 1320 Bairro Guabirota, cidade de Curitiba. O colégio oferta diferentes modalidades de ensino, possui 32 turmas e 769 matrículas distribuídas em ensino fundamental, ensino médio, ensino médio integrado e subsequente com os cursos de Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Química e Técnico em Qualidade. O projeto político pedagógico da escola prioriza uma ação articuladora para a promoção de reflexões para que todos percebam as necessidades de aprendizagem, com propósito de estabelecer níveis de intervenção necessários para efetivar processos de mudança da prática e dos processos de aprendizagem da escola.

As relações pedagógicas tem como estratégia fundamental a valorização do processo de aprendizagem com ênfase nas questões de definição e desenvolvimento das competências e habilidades, seleção de conteúdo, metodologia, onde os alunos dominem muito bem as habilidades de leitura, escrita, situações problema, podendo participar da sociedade. A escola coloca em primeiro plano o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade, flexibilidade, autonomia, capacidade de adaptação à situação nova e atender as demandas básicas da leitura e da escrita para acompanhar a evolução tecnológica no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos (VIANA, 2010, p.10).

A cultura e concepção pedagógica que a escola adotou foi a sistemática de ensino, na qual a avaliação está voltada não mais, para análise de resultados de conteúdo, mas sim tendo como os eixos norteadores da aprendizagem ressaltando a contextualização e a interdisciplinaridade. Neste sentido, a escola procura desenvolver junto com o currículo uma práxis que propicie a construção do conhecimento, a contextualização dos conteúdos e uma relação entre as disciplinas, procurando articular as habilidades nas diferentes áreas de ensino. No PPP da escola é estabelecido o distanciamento das imposições estabelecido pela SEED – Secretária de Educação do Estado do Paraná.

É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua totalidade. Por esta razão a escola não pode ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador (SEED) que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. Na concepção histórico-crítica se reconhece que o currículo também possui uma intencionalidade política, “não neutra”, uma vez que toda a proposta pressupõe escolhas, recortes do imenso patrimônio cultural

da humanidade. Entender o currículo como um caminho, uma jornada, que tem referências, mas que permite mudanças, atalhos, alterações significativas na intenção de re-significar a educação. (VIANA,2010).






A concepção pedagógica adotada pela escola vem da concepção dialética, crítica e abordagem sociocultural, na qual pode ser identificada na literatura pedagógica de Paulo Freire. Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em relação uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos. A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista (FREIRE,1996, p.42).

Para complementar e seguir os requisitos do Projeto político pedagógico da escola, o projeto de intervenção será voltado a realização de atividades utilizando a infraestrutura da escola para a Coleta de dados Intervenção, sobre as características dos trabalhadores estudantes, ramos de atividades que atuam, queixas sobre doenças e qual as expectativas desses em relação a aprendizagem de temas voltados a saúde para a sua formação profissional. A intervenção também será realizada com atividades voltadas a saúde como a semana de saúde do trabalhador na escola, elaboração com os alunos folders sobre as doenças do trabalho e profissionais e visita técnica empresa com programas de saúde ao trabalhador. As atividades possibilitaram aos alunos para o desenvolvimento de novos olhares em relação à prevenção de doenças e acidentes do trabalho, qualidade vida no trabalho e consciência sobre as consequências e impactos das doenças na vida do trabalhador.

No desenvolvimento das atividades do projeto de intervenção foram realizadas atividades que estão voltadas a questão de saúde, educação, trabalho, cultura da escola e tecnologias digitais. As atividades dirigidas com recursos digitais e aplicativos foram utilizadas para o acesso (MTE, Consulta EPI e Saúde do Trabalhador no DIGISUS) (Atividade 17/10), rodas de conversas sobre os principais problemas de saúde nas profissões dos técnicos em química, qualidade e meio ambiente, palestras com profissionais de saúde, ações educativas sobre as medidas preventivas para a saúde e qualidade de vida no trabalho, prevenção de doenças do trabalho, profissionais e acidentes de trabalho, palestras de profissionais da saúde e

segurança e enfermagem do trabalho (Palestra 15/10 e 18/10), apresentação de equipamentos de proteção individual e coletiva (Atividade 16/10), Works shop e visitas técnicas empresa certificada (SGI – Segurança do Trabalho, Qualidade e Meio Ambiente) (19/10/2018), conforme descrito no quadro 2.

QUADRO 2: PROJETO DE INTERVENÇÃO

PROJETO DE INTERVENÇÃO			
DATA	ATIVIDADES	OBJETIVOS	EVIDÊNCIAS
15/10/2018	Reunião de Abertura do Evento; Palestra de Abertura – Segurança do trabalhador e a Profissão de Técnico em Meio Ambiente, Qualidade e Química. Palestrante: Professor: Marcelo Oliveira/TST: Kleber Burin (TODA DO BRASIL).	Apresentar aos alunos, professores e comunidade escolar os riscos, perigos das profissões e nos ambientes de trabalho industriais, construção civil e área química.	
16/10/2018	Work Shop de EPI – Equipamentos de Proteção Individual(Empresa Multi-EPI/LC EPI). Palestrante: Diogo Nogueira	Apresentar aos alunos, professores e comunidade escolar as medidas de preventivas e de controle para os riscos e perigos das profissões e nos ambientes de trabalho industriais, construção civil e área química.	
17/10/2018	Atividades dirigidas sala de aula: Utilização de Recursos Digitais para a consulta validade do EPI correto para cada Profissão normas que regem a segurança e saúde do trabalhador na área (Química, Meio Ambiente, Qualidade) e saúde do trabalhador no SUS.	Apresentar aos alunos, professores e comunidade escolar as medidas de preventivas e de controle para os riscos e perigos das profissões e nos ambientes de trabalho industriais, construção civil e área química. Uso Aplicativo Meu digiSUS - https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.datasus.cnsdigital - Uso Aplicativo SST Fácil - https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.fundacentro.sstfacil2	
18/10/2018	Palestras sobre riscos em máquinas e Equipamentos: Palestra sobre primeiros socorros, doenças profissionais, acidentes e doenças do trabalho. Palestrante: Téc. Enfª: Graciele Lima	- Apresentar os riscos ambientais que podem existir em máquinas e equipamentos: Riscos Físicos, Ergonômicos, Acidentes, Biológicos e Químicos. - Apresentar aos alunos exemplos de doenças profissionais, acidentes e doenças do trabalho que podem ser originados nos ambientes industriais no mundo do trabalho.	
19/10/2018	Visita Técnica em Empresa certificada com SGI – Sistema de Gestão Integrado de Segurança do trabalho, Meio Ambiente, Qualidade.	Apresentar aos Alunos uma realidade prática de uma empresa com certificação em saúde, segurança do trabalho, meio ambiente e qualidade. O objetivo da palestra e visita técnica foi a apresentar os sistemas de integrado(gestão ambiental, segurança, saúde do trabalho para a prevenção de doenças profissionais, acidentes e doenças do trabalho em um ambiente industrial.	

Fonte: Autor (2018)

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nos dias de realização das atividades a receptividade dos alunos foi significativa, e aproximadamente 80 alunos do turno da noite participaram das atividades realizadas na escola. As atividades intervenção trouxe novas experiências para os estudantes, muitos não conheciam os riscos, perigos, doenças profissionais e do trabalho que estarão expostos na execução das atividades e futuras profissões.

Os assuntos abordados durante a semana estavam relacionados às questões profissionais, saúde, segurança e questões sociais que estão na vida pessoal e profissional dos estudantes trabalhadores. Os pontos fortes das atividades foram as atividades práticas e construção de conhecimento com outras realidades e possibilidades diferentes dos modelos pedagógicas tradicionais.

Na execução do projeto de intervenção foram identificadas certas carências dos alunos em relação a novas práticas e possibilidades de ensino e aprendizagem, não só sobre saúde do trabalhador, mas também de atividades que estão relacionadas as suas futuras atividades profissionais. Em complemento as atividades realizadas na escola, como fechamento do projeto de intervenção foi realizada a visita técnica em uma empresa com sistema de gestão de saúde e segurança com os alunos do último período do curso técnico em qualidade, meio ambiente e química. Essa atividade foi realizada com a finalidade de suprir as carência e inexperiência dos alunos em conhecer ambientes industriais, pois muitos nunca acessaram um ambiente de trabalho, principalmente empresas que possuam sistemas de gestão de segurança, qualidade e ambiental, na qual os processos são padronizados em prol da prevenção de acidentes, preservação ambiental e atividades para assegurar a qualidade dos produtos.

A execução dessa proposta de intervenção permitiu o desenvolvimento da percepção dos alunos em relação aos riscos, perigos, acidentes, doenças do trabalho e profissionais que estão no mundo do trabalho. O desenvolvimento do projeto de intervenção, ações preventivas e orientação dos estudantes da educação profissional nos espaços escolares poderão gerar valores e percepções significativas aos estudantes e futuros profissionais, e essas atividades são fundamentais para a redução dos índices de acidentes, doenças do trabalho e profissionais, impactos na saúde do trabalhador, orçamento da saúde pública e previdência social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com o cotidiano da realidade da educação profissional e observações durante as aulas e atividades docentes foram importantes para o delineamento e projeção da proposta de intervenção. A observação dos espaços escolares, levantamento de informações sobre ensino da saúde e cultura da escola possibilitaram a identificação de pontos positivos e carências da comunidade escolar, principalmente dos alunos em relação ao ensino e aprendizagem de temas voltados a saúde do trabalhador.

A observação ocupa um lugar privilegiado nas abordagens de pesquisa educacional, é usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens, e a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação de um determinado fenômeno (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.25).

Na elaboração da proposta de intervenção proporcionou a construção de novos saberes, conhecimento e conexões que passavam despercebidas durante as rotinas das aulas na comunidade escolar. A observação e desenvolvimento da proposta de intervenção nos espaços escolares propiciaram a repensar as práticas pedagógicas nos cursos técnicos para a exploração dos espaços e adjacências da escola com os alunos para a construção de novos saberes para a desconstrução de paradigmas dos modelos tradicionais de ensino e apreensão de outras possibilidades que a educação pode promover e desenvolver na vida dos indivíduos.

Na análise dos espaços escolares e para a execução da proposta de intervenção permitiu compreender como é valioso o conhecimento e experiência dos indivíduos que frequentam a comunidade escolar, todos com suas responsabilidades como professores, alunos, diretores, pedagogos e administrativos que fazem o movimento e funcionamento das instituições de ensino que muitas vezes realizam ações em prol da melhoria da educação e em contraponto para a ausência do estado e das deficiências da execução das políticas públicas voltadas para a educação básica asseguradas na constituição federal de 1988.

Com as experiências, conhecimento e informações adquirida no processo de ensino e aprendizagem do curso de especialização em saúde para professores do ensino fundamental e médio, trouxe novas perspectiva de integração de novas

possibilidades no ensino e aprendizagem na educação profissional com no desenvolvimento da percepção e aproximação dos alunos para a compreensão relação a sua realidade profissional e social. A relação da saúde com a educação é importante não só para o caráter preventivo de doenças, mas também para a redução dos impactos na saúde pública que poderiam ser reduzidos com ações preventivas de saúde iniciadas na educação básica. Após o curso e com uma nova visão sobre a educação e saúde é satisfatório chegar ao final da jornada com novos conhecimentos que contribuirão para a melhoria das práticas pedagógica, ensino e aprendizagem que possibilitarão a mudança de atitude e visão dos alunos da educação profissional em relação a saúde do trabalhador, riscos ocupacionais, consequências e danos ao trabalhador que são originados nos sistemas produtivos no mundo do trabalho.

Como exemplo dessa proposta de intervenção sobre a saúde do trabalhador, abre-se um leque para novas pesquisas para a relação educação profissional, saúde do trabalhador e educação. Espera-se que essas novas pesquisas em futuro próximo, questionem e investiguem as políticas públicas de educação, saúde do trabalhador, infraestrutura escolar e questões sociais para a melhoria da educação profissional e básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador**. Ministério da Saúde. Brasília. 2004. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-105206-701.pdf Acesso em: 15 mai. de 2018.

BRASIL. **Carta de Ottawa: primeira conferência internacional sobre promoção da saúde**. In: **Projeto Promoção da Saúde**. As Cartas da Promoção da Saúde, Brasília, p.19-26, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (1: 2006: Brasília). **Anais e deliberações**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional Tecnológica. 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao_Profissional_Tecnologica/relatorio_1_conferencia_educacao_profissional_tecnologica_2.pdf Acesso em 30 nov. de 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em 15 mar. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal**. Planalto. Brasília.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 20 out. de 2017

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Planalto. Brasília.1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8213cons.htm Acesso em: 15 mar. de 2018.

BRASIL. **Aprova as Normas Regulamentadoras NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho**. Planalto. Brasília. 1978. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf> Acesso em: 15 jan. de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial**. Planalto. Brasília. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 15 mai. de 2018.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Média Integrada ao Ensino Médio**. Ministério da educação. Brasília, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. MEC. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 17 mar. de 2018.

BRASIL. **Lei nº. 8080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento serviços de saúde**. Planalto Brasília. 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética**. MEC. Brasília: S.E.F., vol. 8, 1997.

BRASIL. **Portaria nº 1.125, de 06 de julho de 2005. Dispõe sobre os propósitos da política de saúde do trabalhador para o sus**. Ministério da Saúde. Brasília. 2012. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1125_06_072005.html Acesso em: 12 mai. de 2018.

BRASIL. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Ministério da Saúde. Brasília. 2012. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html Acesso em: 12 mai. de 2018.

BRASIL. Saúde. Ministério da Educação. Brasília. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf> Acesso em: 08 mai. de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2001.

GRABOWSKI, G.; RIBEIRO, J. A. R. **Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafios**. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_curriculo_gabriel.pdf Acesso em: 25 out. 2017.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Giovanni. **Novo PPP e LTCAT: Comentado e Ilustrado**. Rio de Janeiro: Gerenciadora Verde Consultoria, 2011.

OIT. **A sua saúde e segurança no trabalho**: Introdução à saúde e segurança no trabalho. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2009. 31 p. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_modulos2.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

OMS. **Conceito de Saúde**. Brasília. 2018. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/> acesso em 09 mai. de 2018.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. São Paulo: Fundacentro, 2016. 321 p.

ROBBINS, S. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. MARQUÊS DE POMBAL E A REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA. **Histedbr**, Campinas, p.1-11, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html Acesso em: 3 de dez. de 2017.

TONETE, Vera Lúcia Pamplona; PARADA, Cristina Maria Garcia de Lima. Representações sociais de educadoras infantis sobre o cuidar e o educar: a interface com a saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, UEM. Maringá, p.199-206, jun. 2008. Trimestral. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/5001/3242>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016. 321 p. Disponível em: <www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca.../DoencasTrabalhadores_portal-pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PARANA. Educação Profissional - Ensino Médio Integrado - Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde. SEED. Curitiba. 2018 Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?contedo=740> Acesso em: 16 nov. de 2018.

FREITAS, Nilton Benedito Branco; ARCURI, Arline Sydnéia Abel. **Cadernos da Saúde do Trabalhador**: Situações e fatores de risco no ramo químico. São Paulo: Cut, 2000. 41 p. Disponível em: <Arline Sydnéia Abel Arcuri>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Catálogo nacional de cursos técnicos.MEC.Brasilia.2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file> Acesso em: 08 set. de 2018.

PARANA. Catalogo de cursos técnicos. SEED. Curitiba. 2013. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_profissional/SEED_CATALOGO_CURSOS_SEED_FINAL_WEB.pdf Acesso em: 15 set. de 2018

PARANA. Autorização para o funcionamento do Curso Técnico em Qualidade – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio. SEED. Curitiba. 2015. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2015/CEMEP/pa_cemep_07_15.pdf Acesso em: 15 set. de 2018

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 29 out. de 2017.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TAVARES, Cláudia Régia Gomes. **Introdução a Segurança do trabalho**: Segurança do Trabalho I. Brasília: MEC, 2009. 28 p. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/tec_seguranca/seg_trabalho/291012_seg_trab_a01.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.